

Mais aperto no orçamento familiar

A vinculação do reajuste das mensalidades escolares à variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) vai condenar milhares de pais a suportar nova sangria em seus já apertados orçamentos familiares e levar muitos estabelecimentos particulares de ensino ao risco de perder parcela considerável de suas receitas, por desistência dos alunos. Essa é a consequência mais que previsível de uma equação que não fecha nem com passes de mágica.

Em sua maioria, os brasileiros

que mantêm filhos em escolas particulares ganham salários corrigidos mensalmente pela Unidade de Referência de Preços (URP), calculada com base na inflação média dos três últimos meses. Em dezembro, janeiro e fevereiro, o valor da URP é 9,19%, devendo aumentar para 15% no trimestre março-abril-maio. Se a inflação, nesses meses, for igual ou maior do que esse índice, os assalariados terão agravada a perda que já acumulam com a URP de 9,19%.

Já a Obrigação do Tesouro Na-

cional (OTN) é reajustada mensalmente pelo mesmo índice de inflação (Índice de Preços ao Consumidor) apurado pelo IBGE. Em janeiro, por exemplo, a inflação chegou a 16,51%, isto é, sete pontos percentuais acima da URP. No acumulado de dezembro a fevereiro, a URP reajustou os salários em 30,18% enquanto a OTN evoluiu 50%. Reajustar pela OTN a mensalidade escolar significa, portanto, juntar mais lenha na fogueira inflacionária — os gastos escolares também compõem o IPC — e acelerar o processo de pauperização da classe média.